

# Sobre o mal-estar na juventude brasileira: da dor à política

*On malaise among Brazilian youth: from pain to politics*

---

*Luciana Gageiro Coutinho\**

## **Resumo**

O artigo parte do questionamento sobre o aumento nos índices de autolesões e suicídios nas adolescências brasileiras nos últimos anos, para interrogar a dimensão sociopolítica do sofrimento juvenil, apresentando ideias oriundas de pesquisas desenvolvidas na interface entre a Psicanálise, a Educação e a Política. Esboça a tese relativa ao declínio da dimensão alteritária na esfera social, que impacta na possibilidade de simbolização e partilha do sofrimento psíquico, com o predomínio do regime da dor. Pensa as experiências dos coletivos juvenis espontâneos, bem como das intervenções clínicas no coletivo como meios para a elaboração desse mal-estar que coincidem com a possível politização da dor.

**Palavras-chave:** Juventude. Adolescência. Mal-estar. Educação. Política.

## **Abstract**

*The article starts from the question about the increase in self-injury and suicide rates among Brazilian adolescents in recent years, to question the socio-political dimension of youth suffering, presenting ideas arising from research carried out at the interface between Psychoanalysis, Education and Politics. It outlines the thesis related to the decline of the alteritarian dimension in the social sphere, which impacts on the possibility of symbolizing and sharing psychic suffering, with the domain of the pain regime. It thinks about the experiences of spontaneous youth collectives, as well as clinical interventions in the collective as means for the elaboration of this malaise that coincide with the possible politicization of pain.*

**Keywords:** Youth. Adolescence. Malaise. Education. Politics.

---

\* Psicóloga, Psicanalista. Membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-Doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Coordenadora do LAPSE/UFF (Grupo de Pesquisas em Psicanálise Educação e Laço Social). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. lugageiro@gmail.com

Passados 100 anos do escrito de Freud *Psicologia das Massas e Análise do eu*, ante o desmonte que temos vivido nos últimos anos no Brasil na esfera sociopolítica, comecemos lembrando que foi nesse texto que se consolidou a grande contribuição que a psicanálise pôde trazer para esse debate: os vínculos sociais e políticos são feitos de eros, mas isso não se dá sem o enfrentamento de thanatos, não há poder sem embates no campo das pulsões. Para a psicanálise, a política depende em grande medida dos modos de fazer laço que se estabelecem em determinado tempo histórico e social. Como entender os poderes hegemônicos no Brasil dos últimos anos? E como afetam os jovens? Quais os efeitos do cenário sociopolítico sobre as adolescências brasileiras<sup>1</sup>?

Para pensar sobre essas questões, traremos aqui algumas reflexões a partir de pesquisas sobre a adolescência e o laço social contemporâneo, na interface entre a Psicanálise, a Educação e a Política, realizadas nos últimos anos no âmbito do LAPSE/UFF (Grupo de Pesquisa Psicanálise, Educação e Laço Social). O mote principal de pesquisa atualmente tem se dado a partir de uma investigação sobre suicídios e autolesões na adolescência, que vem sendo realizada tanto a partir do acompanhamento de casos clínicos no SPIA-IPUB quanto através de rodas de conversa com jovens em escolas e em universidades públicas situadas no estado do Rio de Janeiro. Assim, partiremos do que se apresenta como mal-estar na adolescência e na juventude e que chega aos ambulatórios como demanda por atendimento em saúde mental para, em seguida, discutir a dimensão sociopolítica desse sofrimento e apontar para as saídas coletivas que têm sido construídas pelos jovens em resposta a ele, fazendo menção aos coletivos juvenis e ao movimento das ocupações de escolas ocorrido nos anos de 2015 e 2016 em todo o Brasil.

Em 1910, quando Freud é convocado para uma discussão na Sociedade Psicanalítica de Viena sobre o suicídio de um jovem estudante de uma escola secundária em Viena, podemos ver que já lá se anuncia uma menção aos impasses sociais que também se fazem presentes no campo educativo. Nessa sua breve fala no colóquio, Freud (1910/1996) afirma que a escola deve atuar para as crianças e jovens na sustentação do desejo de viver:

Os mestres se preocupam pouco com a questão da sexualidade da criança. Sua tarefa não é apenas não levar a criança a se sui-

---

1. - Utilizamos aqui adolescências no plural considerando a enorme diversidade entre as experiências adolescentes em todo o Brasil, embora não possamos, no âmbito deste artigo, nos dedicar a pensar tais diferenças. Entendemos, porém, que há um cenário sociopolítico que traz algumas incidências comuns ao trabalho da adolescência, com efeitos singulares em cada sujeito.

cidar. Há mais a fazer: também têm de trabalhar a favor da vida. [A função da] escola é dar à criança, nessa fase em que se desliga dos pais, novos apoios num contexto mais amplo (MINUTAS DA SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE VIENA, 1910/2019, p. 274).

Alguns anos mais tarde, em *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915/1996), Freud retoma, de certa forma, essa preocupação, quando afirma:

A sociedade civilizada, que exige boa conduta e não se preocupa com a base pulsional dessa conduta, conquistou assim a obediência de muitas pessoas que, para tanto, deixam de seguir suas próprias naturezas. Por outro lado, a manutenção da civilização, mesmo numa base tão dúbia, fornece a perspectiva de, a cada nova geração, preparar o caminho para uma transformação de maior alcance da pulsão, a qual será o veículo de uma civilização melhor (FREUD, 1915/1996, p. 170)

Nesse escrito, ainda que marcado pela experiência da Primeira Guerra, Freud expressa um certo otimismo de que tempos mais civilizados iriam advir e as novas gerações teriam uma participação nisso. Já no contexto da Segunda Guerra, Freud não guarda o mesmo otimismo e, na Carta escrita a Einstein em 1932 (FREUD, 1932/1996), quando se refere ao papel das novas gerações na cultura, apresenta muito mais um tom melancólico, quando afirma que o progresso da ciência já não traz mais a esperança de que o esclarecimento possa contribuir com o progresso da civilização. Nesse momento, a presença da pulsão de morte já está dada quando ele afirma que a violência humana não pode ser totalmente extinta e, pelo contrário, pode ser exercida de forma mais brutal quando é sustentada por uma comunidade inteira quando, em suas palavras, é “suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais entre os seus membros” (FREUD, 1932/1996, p. 136). Aqui Freud se aproxima muito da Escola de Frankfurt (ADORNO, 1967/1995) com sua crítica à ênfase na técnica e ao esclarecimento em detrimento da ética nas relações humanas e na educação das novas gerações.

Sabemos que *O mal-estar na civilização* (1930/1996) impõe uma revisão crítica do processo civilizatório à luz da descoberta da pulsão de morte. A teoria pulsional da última fase do pensamento freudiano (FREUD, 1920/1996) é aplicada ao processo civilizatório e a ideia do pacto civilizatório construída em *Totem e tabu* é questionada. À diferença dos textos anteriores, um tom trágico se apossa da narrativa gerando um posicionamento crítico que rompe o enca-

minhamento da discussão presente nos textos anteriores. Isso talvez se coadune com o que Freud vem a afirmar mais tarde (FREUD, 1937/1996) a respeito das três profissões impossíveis – educar, governar e analisar – apontando para o ingovernável da pulsão presente nos três campos. Dentre elas, ao pensar sobre o educar, discute também a questão do que se transmite às novas gerações e as falhas que têm se feito presentes no sentido de possibilitar experiências às crianças e aos jovens no lidar com as pulsões, sexuais e agressivas. Uma metáfora utilizada nesse momento para isso, em uma nota de rodapé no escrito sobre o *Mal-estar* é estar tão despreparado como “ir ao polo Norte portando roupas de verão” (FREUD, 1930/1996).

Partindo dessas breves menções feitas por Freud à Educação, muitos psicanalistas hoje têm se dedicado a pensar e atuar nesse campo, entendendo-se que o educar é transmitir marcas de pertencimento que permitam ao sujeito conquistar – pela via de um trabalho psíquico – um lugar de enunciação em nome próprio nessa história que se desenrola no campo da cultura e do laço social. A escola, portanto, é um lugar de construção de laços, com o Outro da cultura, os outros, e também com o saber, o que permite que o sujeito encontre para si um lugar no mundo, e no laço e na história sociais, a partir das inúmeras possibilidades que o encontro com a alteridade pode suscitar.

Entretanto, como têm sido apontado por diversos autores da Psicanálise em diálogo com a Educação (GAVARINI, 2009; LAJONQUIÈRE, 2009; LEBRUN, 2008), as novas configurações do campo cultural e sociopolítico, que se fazem presentes também no âmbito educativo, têm apagado a dimensão da alteridade, do Outro, no que concerne a uma presença e a uma palavra que faz laço. Assim, muitas instituições escolares não têm mais sido tomadas como lugares de enlaçamento social e de transmissão de possibilidades para o futuro, pois generalizam os impasses vividos, seja através da medicalização, seja pela judicialização de crianças e jovens, ao não os escutar enquanto sujeitos, não lhes oferecem um lugar de pertencimento e, assim, não potencializam seu “desejo de viver” (FREUD, 1910/1996). Em tempos de neoliberalismo e tecnicismo (LAVAL, 2019), constatamos que muitos jovens encontram impasses no atravessamento desse novo encontro com o Outro que é a adolescência. Tais impasses se traduzem em uma angústia muitas vezes expressa no agir e em violências hetero e autoinfligidas, que podem ir de autolesões até o suicídio consumado, denunciando algo que não vai bem na relação com o Outro e com os outros (JUCÁ; VORCARO, 2018).

## Cortes na pele e tentativas de suicídio: o regime da dor

A partir do atendimento clínico de adolescentes em um ambulatório público de saúde mental<sup>2</sup> – que não parou de acontecer durante o período de distanciamento imposto pela pandemia de Covid 19, quando passou a se dar de modo remoto – é possível construir um observatório para algumas das situações que apontam para o agravamento dos desafios inerentes ao trabalho da adolescência no Brasil contemporâneo. O que já se anunciava antes da pandemia, no caso de famílias vulneráveis e com poucos recursos para cuidar dos filhos, que muitas vezes não contam com agências públicas eficazes nas quais e com as quais possam compartilhar esse cuidado, acaba por se agravar. Diante do fechamento de escolas, que tendem a funcionar muitas vezes como instituições de mediação entre a família e o espaço público, crianças e adolescentes permanecem restritos à esfera familiar e, em muitas situações, expostos a negligência e conflitos, sem outras instâncias que pudessem auxiliar na promoção de saúde e educação.

Michele é uma adolescente de 15 anos de idade, branca, encaminhada ao atendimento ambulatorial no serviço infanto-juvenil de saúde mental no ano de 2017 por uma médica de família em virtude de uma tentativa de suicídio por meio medicamentoso. A jovem pegou cartelas de remédio da mãe e tomou todos os comprimidos de uma vez e, em seguida, foi para atendimento com a médica, que a encaminhou para uma lavagem estomacal no hospital. Posteriormente, veio para o atendimento psicológico no ambulatório infanto-juvenil do IPUB, onde foi atendida durante 3 anos por uma das pesquisadoras do projeto. Ao ser indagada como foi a tentativa de suicídio da filha, a mãe respondeu que *normal*, “porque a filha já tentou antes” (sic.). Disse que o comportamento da filha está associado ao pai, que tem o mesmo nome da filha, mas no masculino, já que, na separação, ele abandonou a filha. Mesmo morando na mesma rua, o pai não fala com a filha, ainda que os dois se cruzem na rua quase diariamente. Frente ao cenário de angústia trazido pela jovem à análise, uma pergunta importante se coloca já de saída: como escutar o ato suicida da jovem que ameaçava romper o laço com a vida e com o Outro? Imersa em um contexto de vida de enorme vulnerabilidade social e com muita dificuldade de situar o seu lugar no desejo de seus pais, a jovem dizia sentir que sua vida era

---

2. Pesquisa realizada a partir da supervisão clínica de adolescentes atendidos no âmbito do *Curso de Especialização em Psiquiatria e Psicanálise com crianças e adolescentes* (SPIA-IPUB/UFRJ). Aprovada pelo comitê de ética sob o CAAE nº 20131119.6.0000.8160.

sem sentido. Em suas tentativas de conversar com a mãe, dizia sentir que sua mãe não queria escutá-la, por isso se sentia tão sozinha em sua própria casa. Muitas vezes ia para o banheiro se cortar e ninguém notava que algo não estava bem com ela. A jovem sentia muita dificuldade em expressar verbalmente o que sentia, mas conseguia, de alguma forma, dizer por escrito com as cartas que trazia para as sessões. Tais cartas consistiam em anúncios de sua morte e narravam a dificuldade que era estar viva sendo filha de seu pai e sua mãe. Na relação analítica, a jovem pôde tecer uma narrativa sobre sua dor e ter o seu sofrimento reconhecido pela analista e, em parte, pela família.

Segundo dados do Ministério da Saúde, o alto índice de mortes por suicídios entre os jovens vem aumentando gradativamente no Brasil, representando a quarta causa de morte nessa mesma faixa etária, ficando atrás somente de mortes por violência e acidentes de trânsito (BRASIL, 2017, 2021), sendo a segunda causa de mortes na mesma faixa etária em escala mundial (OMS, 2014). No período entre 2000 e 2016, o índice de suicídios entre jovens de 15 a 29 anos teve uma alta de 73% (BRASIL, 2017). Já no período de 2010 a 2019, houve aumento pronunciado nas taxas de mortalidade de adolescentes entre 15 e 19 anos, que sofreram um incremento de 81% no período, passando de 606 óbitos e de uma taxa de 3,5 mortes por 100 mil hab., para 1.022 óbitos, e uma taxa de 6,4 suicídios para cada 100 mil adolescentes (BRASIL, 2021). Ainda segundo esse boletim, as evidências têm demonstrado ainda maiores riscos de suicídio entre grupos em situação de maior vulnerabilidade, como migrantes e refugiados, população LGBT, negros e povos indígenas.

Alguns psicanalistas têm se dedicado a pensar sobre os atos de autolesão e de suicídio na adolescência como uma das expressões do mal-estar contemporâneo, atreladas às condições de subjetivação que afetam sobretudo a adolescência (JUCÁ; VORCARO, 1998; FORTES; MACEDO, 2017, ARAÚJO *et al.*, 2016; LE BRETON, 2006; SAGESSE, 2021). Como temos observado em diversos casos atendidos no âmbito da pesquisa – e não é diferente no caso de Michele – os cortes auto infligidos são realizados pelos adolescentes em momentos de insuportável tensão interna para a qual não encontram outras vias de inscrição. A adolescente descreve a sensação de ausência de si durante os conflitos, “como se estivesse neutra”, para não sentir nada durante as brigas da família, o que nos remete a Le Breton (2006), quando observa que na autolesão busca-se “[...] infligir-se um mal para se obter menos mal” (LE BRETON, 2006, p. 5). De fato, é muito comum no relato de adolescentes que se cortam a ideia de que há uma dor psíquica tão insuportável e sem saída que dizem “preferir sentir a dor no corpo”.

Nas observações realizadas por esses autores, constata-se que não há uma relação necessária entre as diversas formas de autolesão não suicidária e o suicídio propriamente dito – tal como também está discriminado no DSM-5 (2014). Entretanto, a partir de uma leitura psicanalítica dessas manifestações como expressões do mal-estar, efeitos das condições do laço social, supomos que ambos remetem a um apagamento da dimensão simbólica e alteritária no campo psíquico.

Nesta direção, o recurso ao ato faz-se presente, nos casos de automutilação, como uma modalidade possível de expressão das intensidades psíquicas sendo denominado como ato-dor. No ato-dor há o predomínio de um movimento de descarga a qual indica a dimensão não elaborativa das intensidades psíquicas. No prejuízo ao si mesmo, cabe ao ato-dor a expressão do traumático e a denúncia da precariedade instaurada no campo alteritário (FORTES; MACEDO, 2017, p. 356).

Como argumentam as autoras no trecho acima, a questão das autolesões nos remete necessariamente à problemática do corpo como destino pulsional, quando a volta da pulsão em retorno a si mesmo expressa a impossibilidade de enunciação de intensidades. Neste contexto, o ato contra si mesmo denuncia a rasura nos destinos dos investimentos psíquicos. A partir disso, é possível supor na “dor no peito” insuportável da qual falam os adolescentes a presença da angústia que não encontra inscrição psíquica nem expressão pela via da palavra. Encenando um transbordamento dos limites psíquicos e a busca por um modo de inscrição no real do corpo, essa “dor” nos remete à angústia automática descrita por Freud (1926/1996) em sua segunda teoria da angústia, articulada com a dimensão do traumático e do desamparo. Portanto, retomando brevemente Freud em 1926, enquanto a angústia-sinal presente na formação do sintoma neurótico implica o recalque, o esquecimento e marcas psíquicas de uma situação vivida de desprazer, a angústia automática invade o eu e o fragiliza, já que fica submetido ao id. Nesse caso, o eu, rendido a sua posição de objeto, sem recursos para ligar as intensidades, repete a experiência inaugural de desamparo de onde adveio.

Dito, isso, o que está em jogo, ainda que de modo singular nos diferentes casos em que os adolescentes recorrem às autolesões, pode ser alocado no campo dos sofrimentos narcísicos, associados a uma precarização simbólica que coloca em risco a integridade do eu diante dos excessos pulsionais, que pode ser atrelada à fragilização da dimensão da alteridade tanto na esfera psíquica quanto no social. De modo similar, o agir suicida na adolescência, expressão inegável do

mal-estar na juventude de nossos tempos, também exige uma análise cuidadosa quanto à singularidade das situações nas quais se dá. Em alguns casos, temos o ato como um *acting out* quando o sujeito tenta convocar o Outro endereçando-lhe uma demanda; em outros, parece-nos que o ato diz respeito a uma passagem ao ato que pode estar relacionada à melancolização do sujeito e a uma degradação maior do laço alteritário (COUTINHO; MADUREIRA, 2021).

Como temos pensado a partir da pesquisa, os elevados índices de autoleções e suicídios entre jovens podem ser associados à condição extremamente solitária e desamparada em que se encontram muitos e muitas adolescentes (COUTINHO *et al.*, 2020; COUTINHO *et al.*, 2022, COUTINHO; MADUREIRA, 2021). Ou ainda, em desalento – a partir da definição com a qual tem trabalhado Birman nos últimos anos. Para Birman (2012), o apagamento da dimensão subjetiva da alteridade se revela como fato marcante não apenas na produção do quadro de atuações, compulsões e sintomas psicossomáticos, mas como eixo fundamental para pensar a presença das questões sociopolíticas na constituição do mal-estar contemporâneo. Segundo o autor, fatores como o excesso de estímulo ao narcisismo e o arrefecimento da relação com o outro<sup>3</sup> desenham um pano de fundo sobre o qual se apresentam quadros em que a capacidade de representar e nomear a própria dor fracassa. Tal possibilidade tem como condição a presença de um interlocutor, a possibilidade de compartilhar o vivido para que este se transforme em experiência de um sofrimento passível de ser partilhado e historicizado.

Antes de mais nada, é necessário reconhecer que a dor é uma experiência em que a subjetividade se fecha sobre si mesma, não existindo qualquer lugar para o outro no horizonte do seu mal-estar. Com efeito, a dor é uma experiência eminentemente solipsista, restringindo-se o indivíduo apenas a si mesmo, não revelando qualquer dimensão alteritária (...). Entretanto, a experiência do sofrimento, tendo a interiorização como seu correlato, implica o desamparo do sujeito. É essa condição de possibilidade da subjetivação e da simbolização, pois em ambas o apelo ao outro também se faz presente (BIRMAN, 2012, p. 140-142).

---

3. Utilizamos aqui *outro* em minúscula quando fazemos referência à produção de Birman (1999, 2012), sem fazer distinção em relação ao *Outro* com maiúscula definido por Lacan, já que o autor se atém prioritariamente ao referencial freudiano em suas formulações. No restante do texto, quando adotamos o termo *Outro* com maiúscula, fazemos referência ao grande Outro enquanto instância simbólica teorizada por Lacan diante da qual se constitui o sujeito e que se distingue do pequeno outro como o semelhante, imaginário e passível de ser encarnado nas relações sociais (LACAN, 1949/1998, 1954-55/1985).

A partir dessa distinção entre dor e sofrimento trazida por Birman, é possível distinguir dois modos de sofrer no contemporâneo que podem nos ajudar a pensar nos casos de autolesão: o desamparo e o desalento. Na perspectiva do desamparo, que remete ao estado psíquico inaugural do sujeito humano ligado à condição de dependência originária, faz sentido o apelo ao outro, já que a alteridade está presente no campo psíquico. Já a experiência de desalento, marcada pela dor, lança o sujeito no abismo do solipsismo, da solidão e do vazio, com ausência de interlocução, ou seja, com a subtração da possibilidade de se fazer apelo ao outro. O sujeito vive, neste cenário, dentro da lógica da desesperança.

A presença do desamparo e do desalento na clínica atual, não somente nos casos de autolesão, pode ser pensada a partir de mudanças na esfera da cultura e do funcionamento social. A hegemonia dos paradigmas medicalizante e naturalizante – bastante presentes na cultura contemporânea – atua na contração das possibilidades de subjetivação da dor psíquica. Podemos também atrelar a isso as incidências do capitalismo avançado atreladas a esses discursos no sujeito, produzindo o esvaziamento do sentido da vida – que tende a ser reduzida à sua dimensão biológica; à relativização da existência compartilhada e à fragilização da experiência que torna possível a historicização do sujeito, como apontam Rosa, Vicentin e Catroli (2009). A lógica do capital leva à destituição do outro e à corrosão das bases simbólicas da convivência, o que afeta particularmente os jovens, marcados em trabalho de construir novos enlaços sociais, evidenciando a dimensão sociopolítica (ROSA, 2016) do sofrimento juvenil

Nesse sentido, o ato contra si próprio é uma denúncia da rasura dos investimentos psíquicos do outro, o que se vê nos casos de autolesão. A partir desse recorte diagnóstico do sofrimento juvenil, é importante para as instituições que trabalham com adolescentes pensar formas de reinstaurar outras discursividades possíveis que não aquelas que calam o sujeito normatizando-o tais como os discursos médico e jurídico tão em voga atualmente, mas sim que possibilitem acolher as singularidades e o sofrimento dos sujeitos que dela tomam parte. A respeito da presença das autolesões e do suicídio juvenil na cena social, acentuamos, então, que “o tratamento para esse mal-estar, tomado em sua dimensão sociopolítica, envolve várias instâncias e diz respeito tanto ao campo da Clínica quanto às esferas da Educação e da Política” (COUTINHO; MADUREIRA, 2021, p. 17).

## Os coletivos juvenis: da dor à política

Ao confrontar as situações que se apresentam no ambulatório infanto-juvenil com algumas falas e situações observadas na pesquisa em intervenções feitas com jovens em escolas públicas do Rio de Janeiro é possível escutar o quanto o desamparo vivido por muitos adolescentes em suas famílias reverbera e ecoa no esgarçamento dos laços que é vivido por eles no espaço escolar. Algumas frases escritas anonimamente, recolhidas das oficinas realizadas numa escola pública na Zona Norte do Rio de Janeiro em 2019, revelam, no extremo, uma sobreposição entre o desinvestimento social que se apresenta através dos impasses vividos na escola e na família e o enfraquecimento da consistência narcísica do eu, bem como dos investimentos naquilo que produz ligações com a vida social:

“Preciso ir para longe, distante dos meus pensamentos que me fazem cair. Viver com algum sentido, em um lugar em que eu possa sentir a felicidade na pele; as pessoas que eu mais quero por perto, me ignoram tanto (...) é tão ruim viver no meio de todos e ao mesmo tempo se sentir sozinho”;

“Às vezes eu fico tão estressada que me faz ficar maluca e querer fazer uma besteira. Isso não me faz bem e esqueço do mundo lá fora, não dá nem vontade de viver e de realizar meu sonho de fazer enfermagem. Isso me prejudica muito na escola”;

“Existem 2 tipos de dor: a dor que te machuca e a dor que te muda”.

Apesar dos inegáveis impasses nos laços sociais que surgiram nas oficinas, percebemos que, em algumas turmas, durante a realização do trabalho, alguns adolescentes se utilizaram de estratégias para lidar com tais impasses, abrindo-se a novos laços possíveis na escola, a partir de identificações horizontais com seus pares. Como trabalhamos anteriormente, nos moldes do laço fraterno (COUTINHO *et al.*, 2020), que se diferenciam dos laços totalitários presentes nas massas, as identificações com o outro enquanto semelhante permitem a construção de novos enlaçamentos no social e de novas narrativas que possam reinstaurar um Outro enquanto referência simbólica a quem possam se endereçar. Talvez assim possamos escutar o que diz um dos depoimentos anônimos, que diferencia a dor que machuca daquela que é capaz de produzir mudanças, ao ser falada e compartilhada. Ao escutar histórias de outros ado-

lescentes e daqueles em vulnerabilidade muitos se oferecem para ajudar, ou mesmo apenas comparecem para testemunhar e legitimar seus sofrimentos, fazendo com que a dimensão do desamparo fosse tocada e tornada passível de ser tratada através da experiência do coletivo.

A experiência de realização das oficinas nos faz reafirmar a escola como instituição implicada na produção de uma filiação simbólica comum, cuja participação torna-se mais premente ainda na adolescência. É importante e urgente então considerar, como trabalham Souto e Moschem (2020) o limite da família no processo da transmissão simbólica que balizará a constituição de um sujeito nas sociedades democráticas, interpelado desde a modernidade como indivíduo e como cidadão. Vale afirmar então, com esses autores, a fraternidade como uma ética, o que significa afirmar a responsabilidade da fratria órfã e desamparada de *Totem e tabu* com a construção do pacto democrático que se fundará sobre o lugar do pai como um lugar vazio.

Tais apontamentos se fazem ainda mais fundamentais se pensarmos no que vem sendo apontado pelos filósofos da política. Em sua análise sobre a necropolítica, Mbembe (2021) afirma que o necropoder neoliberal e neocolonial, que subjuga a vida, enfraquece os laços solidários e alteritários que garantiriam a sobrevivência do sujeito e do desejo. Partindo da crítica à violência neocolonial que, como sabemos, marca as relações sociais no Brasil, o filósofo chega a afirmar que sua expressão mais dramática pode ser notada através dos altíssimos índices de suicídios entre jovens no mundo todo. Em sua leitura, tal violência incide mais ainda sobre crianças e jovens, que estão ensaiando um modo de ser. Entende que isso se dá porque a violência colonial, sustentada através da anulação do outro em sua alteridade, leva a um sofrimento pela não legitimação de si (como o desmentido do racismo) que produz a ausência de si como já havia afirmado anteriormente Fanon (1952/2020).

Segundo Mbembe (2021) o suicídio e o autosacrifício poderiam ser compreendidos como uma tentativa de afirmar a potência da vida, ainda que diante da morte; tomar para si a decisão sobre a própria morte diante da morte generalizada imposta pelo Poder. O que se intensifica na pandemia, quando o necropoder neoliberal se escancara e no Brasil mostra a sua face mais perversa. No entanto, Mbembe termina sua análise chamando a atenção para o autoengano contido no autosacrifício, já que nele sujeito e objeto se confundem em uma não ação na qual a política de morte se completa, não havendo liberdade quando o corpo é aniquilado.

Seguindo nessa mesma linha de pensamento, os suicídios juvenis também podem ser pensados a partir da tese defendida por Safatle (2020) a respeito da

melancolização como artifício do poder no neoliberalismo contemporâneo, através de uma sujeição sem dominação. Sujeição que paralisa e produz um fechamento narcísico, quando o objeto perdido entra no eu, sob a forma de sombra, e o repreende por aquilo que foi perdido. Sujeição que segundo ele decorre do desencantamento com a própria política e a fixação em uma utopia perdida. Nesse sentido, ao nos depararmos com jovens melancolizados e desalentados, somos alertados para a precariedade dos próprios laços sociais sob os quais se fundam os pactos políticos democráticos, sustentados pelas identificações, mas também pela existência de lugares de alteridade, como pudemos ler no Freud de 1921.

No entanto, no Brasil dos últimos anos, nos deparamos no mínimo com uma polarização entre, de um lado, a lógica da solidariedade na qual se sustentam os pactos democráticos que supõem a alteridade, e de outro a lógica da destrutividade, sob a qual se sustentam todas as formas de fascismo. Assim, partindo das ideias de Adorno, que alerta para a necessidade de entender os dispositivos de mutação psíquica que engendram o fascismo, tomando a destrutividade como seu fundamento psicológico, Safatle (2020) alerta para generalização da destrutividade às formas de relação consigo, com o outro e com o mundo. A partir dos argumentos de Mbembe (2021) e Safatle (2020), somos reenviados ao alerta de Adorno (1967/1995) a respeito do risco de que a Educação fique a serviço da instrumentalização do sujeito, nos moldes de uma lógica fascista. Será que a cultura dos Zumbis mortos-vivos que está tão em voga nos games e filmes que marcam a cultura adolescente do século 21 é mera coincidência? Ou será o retrato de uma juventude muitas vezes adoecida e assujeitada por esses mecanismos de poder que podem levar muitos a se tornarem incapazes de pensar e de falar?

Bem, após esse percurso que visou articular a dor e a melancolização de nossos jovens à despolitização dos laços, pautada pelo apagamento da alteridade e da solidariedade, e que retorna como sintoma sob a forma do desamparo discursivo (ROSA, 2016) com a perda da própria capacidade de se narrar e compartilhar o sofrimento que passa a ser vivido com dor (BIRMAN, 2012), gostaríamos de terminar lançando luz sobre algumas linhas de fuga que também são possíveis notar e ressaltar diante desse panorama tão catastrófico que traçamos até aqui.

Escutemos os jovens nas escolas e universidades brasileiras, quando nos falam sobre a importância dos novos “coletivos” em suas vidas: coletivo preto, coletivo das mulheres, coletivo LGBTs, etc. E lembremos da experiência paradigmática das ocupações de escolas de ensino médio que ocorreram em todo

o Brasil em 2015 e 2016. Como já trabalhamos anteriormente (COUTINHO; ANDRADE, 2017; COUTINHO; POLI, 2019; COUTINHO, 2020), em contraste com o discurso dominante acerca dos embates inevitáveis entre os adolescentes e a escola, a rotina das escolas ocupadas era marcada pelo forte envolvimento dos ocupantes com a escola. Seja nos cuidados com o seu espaço físico e com a manutenção da ocupação, seja na programação das atividades que ali se realizavam, todos sustentados por regras e funções pactuadas e compartilhadas por todos. Nas falas dos adolescentes ocupantes, podemos destacar muitas menções a experiências tanto de identificação quanto de encontro com a alteridade nos laços sociais estabelecidos durante aquele movimento. Assim, se por um lado, temos a referência à identificação ao outro enquanto semelhante presente em laços horizontais, de amizade, possibilidade de compartilhar experiências e ajudar-se mutuamente; por outro temos a experiência do Outro como alteridade, quando o outro aparece como diferente e incita o senso de coletividade, tal como é nomeado pelos secundaristas.

A gente conseguia lutar pelos nossos direitos como aluno e tudo mais. O que faz muita diferença para mim, sabe? Querendo ou não, eu sou uma aluna negra, pobre, menina dentro de um colégio elitista, branco, que os homens prevalecem na questão da inteligência e tudo mais. E que as chances de eu estar dentro do colégio eram pouquíssimas, sabe? E ver também como o colégio como instituição, sem ser na ocupação, não estava preparado para ter um aluno assim que não se identificasse e não gostasse tanto, que não se sentia tão confortável, mas que está aí para ver e ocupar o espaço. Na ocupação, eu senti mais isso. Eu senti mais liberdade para mostrar quem eu era, para mostrar o que eu sentia, mostrar que eu era mais humana também [...]. Não vou falar que eu estava fora desse mundo, mas eu me sinto mais dentro dele. Eu tenho essa sensação de que, no ambiente que eu vivo, eu pertencço mais a esse espaço como um indivíduo, como uma pessoa que tem características e que aceita isso (Marina<sup>4</sup>, estudante da rede pública, 3º ano do ensino médio).

Como argumentamos em trabalhos anteriores, podemos supor nas ocupações, tal como nos novos coletivos juvenis, um regime de sustentação fraterna – base da democracia, diga-se – que implica o reconhecimento do desamparo, da falta e das diferenças entre seus membros, diferente do que se dá na massa regida pela onipotência narcísica do eu ideal. Trata-se de uma

---

4. Nome fictício.

aposta no viver coletivo para a construção de novos discursos que sustentem a renovação do pacto civilizatório. Nesse sentido, as identificações entre os ocupantes também aparecem em falas quando o sentimento de pertencer é evocado, mas não sem estar ancorado em modos singulares de ser e de estar, numa realização do singular no coletivo.

Nesse movimento, a aproximação entre política, educação e vida nos remete à presença do desejo como pulsão de vida que insiste e resiste através da formação dos coletivos em torno de questões como sexualidade, feminismo, racismo e diversas formas de opressão social. A presença desses novos coletivos, que se perpetua e se difunde hoje nos diversos ambientes frequentados pelos jovens parece apontar para uma busca por mudanças na esfera subjetiva e social que tocam também a dimensão da política. Suponho que o que vemos nas ocupações e nos coletivos juvenis que proliferam hoje, pode ser lido como resistência ao assujeitamento promovido pelos discursos dominantes dos quais falamos anteriormente, que silenciam suas dores e invisibilizam a dimensão sociopolítica de seu sofrimento. Sem entrar no mérito das diferenças que podem estar contidas em diversos movimentos sociais que se configuram como coletivos – que sem dúvida existem – queremos valorizar o resgate do sujeito e dos processos de singularização na construção de um discurso próprio como mote que funda esses agrupamentos. Diferente do que se dá na lógica das massas, os coletivos juvenis apontam para possibilidades de sair da posição de assujeitamento e melancolização que a lógica do necropoder impõe e de reinstaurar novos laços com a vida, buscando um lugar no olhar do Outro na cena social. Com isso, trata-se também da possibilidade de restaurar a capacidade de narrar e de endereçar suas demandas, reinstaurando assim o Outro enquanto referência simbólica em sua polissemia, que promove também novos possíveis modos de ser e de se dizer. Trata-se da restauração da própria discursividade como parte da operação adolescente e, com isso, da construção de sua pertinência à cidade e ao fazer político.

É por isso que gostaria de terminar, fazendo coro ao quase manifesto publicado pela ativista Camila Jourdan (2020), quando afirma: é preciso transformar o suicídio em revolta!

### **Tramitação**

Recebido 23/11/2022

Aprovado 10/05/2023

## Referências

- ADORNO, T. (1967). Educação após Auschwitz. In: \_\_\_\_\_. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-154.
- ARAÚJO, J. F. *et al.* O corpo na dor: automutilação, masoquismo e pulsão. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 497-515, ago. 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282016000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282016000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 set. 2021.
- BIRMAN, J. O espetáculo e o narcisismo. In: \_\_\_\_\_. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 85-87.
- \_\_\_\_\_. *Sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico (2017). *Suicídio. Saber agir e prevenir*, v. 48, n. 30. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/acolha-a-vida/bibliografia/2017025PerfilepidemiologicodastentativaseobitosporsuicidonoBrasilearededeatenaosade.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2021.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico (2021). *Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*, v. 52, n. 33, 14p. Disponível em: <[https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_33\\_final.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- COUTINHO, L. G.; ANDRADE, C. B. O que as ocupações nos ensinam sobre a adolescência, o laço social e a educação? *ETD - Educação Temática Digital*, v. 19, p. 48-62, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1333>>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- COUTINHO, L. G.; POLI, M. C. Adolescência e o Ocupa Escola: retorno de uma questão? *Educação e Realidade Edição eletrônica*, v. 44, p. 1-19, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/st4H5zF9tfKbKJ9LDTW75zR/?lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- COUTINHO, L. G. Ocupa escola: tratamento aos impasses da adolescência no laço social? *Estilos Da Clínica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-76, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/167622>>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- COUTINHO, L. G.; MADUREIRA, B. Os cortes na adolescência e a busca por um lugar na cidade. *Educação e Realidade Edição eletrônica*, v. 46, p. 4, 2021. Disponível em: <<http://https://www.scielo.br/j/edreal/i/2021.v46n1>>. Acesso em: 20 set. 2022.
- COUTINHO, L. G. *et al.* Desamparo e laços sociais na escola. *Cadernos de Psicanálise - CPRJ*, Rio de Janeiro, 42(43), p. 117-136, 2020. Disponível em: <<http://pepsic>>.

bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-62952020000200006>. Acesso em: 20 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Expressões do desamparo na escola: vulnerabilidades sociais e impactos na adolescência. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 13 n. 1, p. 31-44. jan./jun. 2022. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/71512#:~:text=Os%20adolescentes%20se%20utilizaram%20do,desamparo%20por%20n%C3%A3o%20se%20sentir>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

DSM-5: *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. American Psychiatric Association. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* Revisão técnica de Aristides Volpato Cordioli *et al.* 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FANON, F.(1952). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento com a colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

FORTES, I.; MACEDO, M. M. K. Automutilação na adolescência - rasuras na experiência de alteridade. *Psicogente*, Barranquilla, v. 20, n. 38, p. 353-367, dez. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-01372017000200353&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-01372017000200353&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 set. 2021.

FREUD, S. (1910). *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).

\_\_\_\_\_. (1914). *Algumas reflexões sobre a psicologia escolar*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 13).

\_\_\_\_\_. (1915). *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 14).

\_\_\_\_\_. (1920). *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 18).

\_\_\_\_\_. (1921). *Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 19).

\_\_\_\_\_. (1926). *Inibições, sintomas e ansiedade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 20).

\_\_\_\_\_. (1930). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 21).

\_\_\_\_\_. (1932). *Por que a guerra?* Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 22).

\_\_\_\_\_. (1937). *Esboço de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 23).

GAVARINI, L. Como os adolescentes das periferias (se) falam? Jogos na forma de se endereçar aos pesquisadores. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 48-81, 2009.

Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282009000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 set. 2021.

JUCÁ, V.; VORCARO, Â. Adolescência em atos e adolescentes em ato na clínica psicanalítica. *Revista Psicologia-USP*, v. 29, n. 2, p. 246-252, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/cNNscHfNMBBywPVZzD6t95rg/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 05 set. 2021.

JOURDAN, C. Revolta e suicídio na necropolítica atual. In: PELBART, P. P.; FERNANDES, R. M. (Org.). *Pandemia Crítica - inverno 2020*, v. 01. São Paulo: n-1 edições, 2021. p. 56-61.

LACAN, J. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 96-103.

\_\_\_\_\_. (1954-55). *O Seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAJONQUIÈRE, L. *Figuras do infantil: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de M. Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LE BRETON, D. Scarifications Adolescentes. *Enfances & Psy*, v. 3, n. 32, p. 45-57, 2006.

LEBRUN, J-P. *A perversão comum: viver junto sem o outro*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINUTAS DA SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE VIENA: SOBRE O SUICÍDIO (1910). *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 53, n. 4, p. 263-282, dez. 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2019000400018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2019000400018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Preventing Suicide: a global imperative*. Genebra, 2014. Disponível em: <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779\\_eng.pdf?ua=1&ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua=1&ua=1)>. Acesso em: 15 set. 2021.

ROSA, M. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, 2016.

ROSA, M. D.; VINCENTIN, M. C.; CATROLI, V. Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. *Psicologia em Revista*, Belo

Horizonte, 15(1), p. 51-68, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682009000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000100004)>. Acesso em: 15 set. 2021.

SAFATLE, W. *O circuito dos afetos – corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAGGESE, E. Uma juventude à flor da pele: o dilema do adolescer ou adoecer. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/LKH9ghWwXMhs6grJ5YWPDxy/?lang=pt#>>. Acesso em: 05 set. 2021.

SOUTO, L.; MOSCHEN, S. Escola e laço fraterno. *Estilos da Clínica*, 25(3), p. 362-376, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/171564>>. Acesso em: 15 jul. 2021.